



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BNDES

3º Trimestre de 2025



SUMÁRIO

- 1. CENÁRIO MACROECONÔMICO..... 2
- 2. DESTAQUES..... 4
- 3. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL..... 8
- 4. DESEMPENHO OPERACIONAL 12
- 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO..... 15
- 6. EVENTOS SUBSEQUENTES 25
- 7. *RATING* 25
- 8. AGRADECIMENTOS 26

Senhor acionista e demais interessados:

Em linha com os princípios da Política de Transparência do BNDES, apresentamos o Relatório da Administração do Sistema BNDES relativo ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2025.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

No terceiro trimestre de 2025, as tensões geopolíticas continuaram determinantes para o cenário macro mundial. A intensificação das práticas protecionistas pelos EUA, a continuação da guerra na Ucrânia e a instabilidade no Oriente Médio foram fontes de incerteza para os investidores e de desorganização para as cadeias produtivas, de logística e de comércio em todo o mundo. As consequências desse quadro geral foram a limitação do apetite ao risco do investidor internacional e o aumento na volatilidade nos preços dos ativos e dos mercados financeiros mundiais, em particular os mercados de moedas e dos títulos da dívida.

Na Zona do Euro, apesar da elevação dos gastos com defesa e das iniciativas em infraestrutura, ainda não se observa uma retomada clara do dinamismo. A França enfrenta dificuldades para encontrar uma solução para a crise da dívida pública e a Alemanha vem se defrontando com a concorrência crescente de produtos asiáticos nos segmentos industriais. Com a inflação do bloco mantendo-se ao redor da meta de 2%, o Banco Central Europeu deteve o ciclo de flexibilização monetária, mantendo a taxa básica em 2,0% ao ano ao longo do trimestre. Nos EUA, por outro lado, a autoridade monetária deu início ao processo de corte nos juros, reduzindo a taxa de referência em 25 bps, para o intervalo de 4,00% a 4,25% ao ano. Apesar das incertezas sobre os rumos da inflação e do mercado de trabalho tornarem mais desafiadora a tarefa do FED para as próximas reuniões, espera-se a continuidade dos cortes. Na China, por sua vez, o desempenho industrial, do comércio exterior e dos investimentos tiveram uma performance no terceiro trimestre ligeiramente abaixo do esperado. Desde o início do ano, o governo chinês vem adotando medidas de capitalização dos bancos regionais, de flexibilização do crédito ao consumidor e de estímulo ao setor de serviços e à atividade industrial, buscando reduzir os impactos negativos da crise do setor de construção sobre o crescimento do PIB. Apesar disso, alcançar a meta de crescimento de 5% em 2025 ainda se apresenta como um grande desafio para a China.

No caso brasileiro, a divulgação do PIB do segundo trimestre de 2025 apresentou uma moderação da atividade econômica, com queda das vendas domésticas e desaceleração dos componentes cíclicos do PIB, sugerindo que os efeitos da política monetária contracionista e da redução do impulso fiscal começam a aparecer nos dados de atividade econômica. A tendência é de intensificação desse processo. As expectativas do mercado apontam para um crescimento de 2,2% do PIB em 2025, indicando uma desaceleração gradual frente à expansão de 3,4% observada em 2024. Apesar da desaceleração da atividade econômica, o mercado de trabalho segue aquecido, com desemprego e informalidade em mínimas históricas, sustentando o consumo apesar da política monetária restritiva.

No campo da inflação, o país iniciou o ano enfrentando desafios significativos, como a alta dos preços dos alimentos, mitigada no segundo trimestre. No terceiro trimestre, a inflação ao consumidor na medida cheia vem apresentando comportamento benigno. Nos doze meses encerrados em setembro, o IPCA registrou 5,17%, devendo continuar sua trajetória

de aproximação ao teto da meta estabelecida pelo CMN (4,5%) até o final de 2025. As medidas de núcleo, por outro lado, vêm cedendo mais lentamente, com resistência em especial da parte de serviços, por conta do mercado de trabalho ainda aquecido. Em vista desse cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Selic 15,0% ao longo do terceiro trimestre, devendo seguir neste patamar até o final do ano, segundo as projeções de mercado.

Nas contas públicas, a arrecadação segue com desempenho favorável, dado o mercado de trabalho aquecido. Em julho, o pagamento de precatórios no valor de R\$ 63,7 bilhões fez com que, no acumulado do ano até agosto, a despesa registrasse um aumento real de 2,4%. No tocante ao resultado primário, no relatório de receitas e despesas (3º bimestre), o Governo projeta déficit de R\$ 74,9 bilhões (-0,6% do PIB) para o ano. Contudo, para fins de cumprimento da meta, o déficit está em R\$ 26,3 bilhões (-0,2% do PIB), dentro da banda inferior da meta (-R\$ 31,0 bilhões). A dívida bruta do governo geral permaneceu estável em 77,5% do PIB em agosto, com a dívida líquida do setor público consolidado chegando 64,2% do PIB. Excluindo swaps, o déficit nominal acumulado em 12 meses chegou a 8,3% do PIB, enquanto as despesas de juros montaram a 8,1%. Para 2026, o sucesso do ajuste fiscal está condicionado à confirmação de receitas extraordinárias e aprovação de medidas pelo Congresso Nacional.

As contas externas mantiveram-se equilibradas ao longo do terceiro trimestre. O saldo comercial acumulado no ano até setembro foi de US\$ 45,5 bilhões, com o saldo em doze meses ficando em US\$ 61,0 bilhões. A imposição de tarifas de 50% pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros é um desafio adicional para o setor externo brasileiro. O déficit em conta corrente ficou em US\$ 76,4 bilhões nos doze meses encerrados em agosto de 2025, ou 3,51% do PIB (último dado disponível), com forte alta sobre o dado de agosto de 2024 (US\$ 43,6 bilhões ou 1,95% do PIB). Essa deterioração é explicada, principalmente, pela queda no superávit comercial e pelo aumento do déficit na conta de serviços, com destaque para as rubricas de propriedade intelectual, viagens internacionais e transporte. Os investimentos diretos no país vêm se mantendo na casa dos US\$ 70 bilhões (3,18% do PIB) na medida de doze meses e as reservas internacionais somaram US\$ 350,8 bilhões em agosto de 2025, maior patamar desde novembro de 2024.

No tocante ao câmbio, observou-se a continuidade do enfraquecimento do dólar em relação à maioria das moedas. Na contramão desse movimento, o real apresentou valorização ao longo do terceiro trimestre, acumulando ganho de 14% frente à moeda norte-americana no ano, trajetória semelhante com a observada em relação ao yuan (valorização de 12% do real). No comparativo com o euro, o real apresentou apreciação de 3%.

Apesar do ambiente internacional desafiador, o Brasil tem características que o diferenciam dos demais países emergentes, apresentando condições únicas para transformar desafios em oportunidades. O país conta com um setor externo sólido, com superávits comerciais consistentes e reservas expressivas, além de uma matriz energética majoritariamente renovável, que o coloca em posição privilegiada na agenda global de transição verde. O grande mercado interno, aliado ao potencial de crescimento em áreas como infraestrutura, inovação tecnológica e economia de baixo carbono, abre espaço para avanços expressivos em produtividade e inclusão social.

Em atuação complementar aos seus produtos de financiamento, o BNDES disponibiliza apoio às empresas brasileiras mediante instrumentos de renda variável por meio de sua subsidiária BNDESPAR. A estratégia da instituição envolve a oferta de fundos de crédito para MPME, para inovação e sustentabilidade, e para infraestrutura, disponível em todos

os estágios de crescimento das companhias. Empresas que já possuem seu capital aberto podem seguir contando com apoio através de operações privadas estruturadas ou por meio da participação da BNDESPAR em ofertas públicas. Nas seções seguintes, apresentamos as principais informações econômico-financeiras e de desempenho relativas ao resultado do 3º trimestre de 2025.

2. DESTAQUES

2.1. Geração de Valor Público para a Sociedade

Principais contribuições do BNDES para as políticas públicas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).



2.2. Gestão

BNDES e Ministério das Comunicações vão lançar edital para conectar mais de 1,2 mil escolas públicas na Amazônia e Nordeste

Para acelerar o processo de inclusão digital de alunos de escolas públicas do país, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério das Comunicações vão lançar a segunda seleção pública do programa BNDES Fust Escolas Conectadas, que deverá conectar mais de 1,2 mil escolas públicas do Norte e Nordeste, regiões que apresentam os menores índices de conectividade. As metas fazem parte do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do Governo Federal.

O novo edital terá R\$ 53 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). As diretrizes foram construídas em conjunto pelos Ministérios das Comunicações, da Educação e da Casa Civil, e a aprovação foi submetida ao Comitê Gestor do Fust. O Banco ficará responsável por todo o processo de seleção e pelo acompanhamento das entregas de instalação de internet nas escolas.

BNDES conclui primeira licitação de serviços terceirizados com cotas de raça e gênero

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizou sua primeira licitação com critérios afirmativos referentes à equidade racial e de gênero. O pregão eletrônico inédito na instituição foi destinado à contratação de serviços de formatação de documentos mediante técnica de microfilmagem eletrônica para o acervo arquivístico do Banco.

Com ampla competitividade, o processo licitatório ocorreu entre maio e agosto deste ano com nove licitantes que disputaram a fase de lances. A empresa vencedora, a Tecno Service Sistema de Microfilmagem, tem a obrigação e o compromisso de empregar, no mínimo, 40% de pessoas negras (pretas e pardas, conforme classificação do IBGE) e, pelo menos, 40% de mulheres (incluindo mulheres cisgênero e transgênero). O fornecedor deve oferecer aos seus empregados benefícios mínimos estabelecidos pelo BNDES a partir da Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do BNDES.

Mudanças climáticas: Al Gore e Mercadante defendem cooperação multilateral entre países e investimentos privados

O BNDES sediou em agosto o evento: "Mudança Climática, Desenvolvimento Sustentável e Democracia", que contou com a participação do ambientalista Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA e ganhador do Prêmio Nobel da Paz. No evento, Al Gore e o presidente do BNDES Aloizio Mercadante enfatizaram a necessidade de ampliar as frentes de cooperação multilateral e de diálogo entre países para avançar não apenas na agenda climática, mas também em outros problemas enfrentados globalmente, incluindo o comércio mundial e a escalada de conflitos armados.

Os dois palestrantes também destacaram a necessidade de atrair investimentos privados para fazer frente às emergências climáticas. Al Gore elogiou o modelo do BNDES, que mobiliza recursos privados com mitigação de riscos para os envolvidos. Mercadante destacou que o papel do banco público é catalisar e construir parcerias com o setor privado, citando a retomada da política do BNDES para investimento em empresas, com foco nos setores de descarbonização, economia verde e inovação digital.

Brasil Soberano: BNDES vai operar R\$ 40 bilhões em crédito para empresas atingidas pelo tarifaço

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai operacionalizar R\$ 40 bilhões em crédito no âmbito do Plano Brasil Soberano para apoiar o setor exportador brasileiro afetado pelas medidas tarifárias impostas pelo governo dos Estados Unidos.

Serão R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) e R\$ 10 bilhões em recursos do próprio Banco. Os recursos financiarão capital de giro e investimentos em adaptação da atividade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos e busca de novos mercados. Micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) também terão acesso às garantias do Crédito Solidário do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC-FGI). O PEAC-FGI Solidário poderá garantir operações com recursos incentivados do FGE, bem como recursos livres do Sistema Financeiro Nacional. O orçamento de R\$ 2 bilhões pode alavancar em torno de R\$ 20 bilhões o acesso ao crédito.

Em novo ciclo, BNDES Garagem abre inscrições para selecionar até 100 startups de impacto

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou, em agosto, o [edital](#) para inscrições no novo ciclo do BNDES Garagem, programa gratuito de apoio a empreendedores de negócios de impacto. Serão selecionados 100 negócios, sendo 50 no módulo Criação (para quem está dando os primeiros passos) e 50 no módulo Tração (para quem quer expandir).

O novo ciclo prioriza negócios de impacto ligados à Economia Verde e Descarbonização, Economia Azul, Educação, Saúde, Economia da Periferia e Segurança Pública. A iniciativa mantém o compromisso com a diversidade: 40% das vagas serão destinadas a empreendedores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A novidade deste ciclo é o Prêmio BNDES Garagem Mais Brasil, que reconhecerá negócios das regiões Norte e Nordeste e da temática Economia da Periferia, com até R\$ 30 mil em prêmios. Ao final do ciclo, em 2026, os cinco negócios vencedores na categoria do módulo de Tração vão receber prêmios de R\$ 64 mil a R\$ 160 mil, enquanto na de Criação outras cinco ganharão de R\$ 32 mil a R\$ 85 mil.

Fundo Amazônia faz 17 anos com apoio a mais de 600 entidades comunitárias e impacto em mais 260 mil pessoas

O Fundo Amazônia realizou evento em Manaus, em comemoração aos seus 17 anos de atuação. Com o tema "Raízes e Rumos: O que aprendemos. O que queremos. O que

construiremos juntos", o encontro reuniu mais de 100 participantes – entre representantes indígenas, povos e comunidades tradicionais, governos estaduais, sociedade civil e União – que representaram os 139 projetos apoiados pelo Fundo desde sua criação.

Principal iniciativa de cooperação internacional no combate ao desmatamento o Fundo Amazônia apoiou, ao longo de sua trajetória, desde a promoção da produção sustentável até a geração de renda e melhores condições de vida para os povos e comunidades tradicionais que mantêm a floresta em pé. Mais de 600 organizações comunitárias e 260 mil pessoas foram impactadas positivamente pelas ações do Fundo, que também investiu em projetos de ordenamento territorial em mais de 161 terras indígenas.

Edital do BNDES para selecionar fundos em economia verde vai movimentar R\$ 18 bilhões em investimentos

O BNDES lançou a Chamada de Clima, edital público com orçamento de até R\$ 5 bilhões para selecionar fundos de investimento estruturados para projetos de descarbonização de processos industriais, transição energética, infraestrutura para adaptação climática, tecnologia para agricultura verde, restauração ecológica, reflorestamento e conservação de florestas.

A Chamada de Clima integra a estratégia de retomada de investimentos da BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), subsidiária integral do BNDES, em renda variável e prevê investimentos em dois tipos de fundos (já existentes ou que sejam criados para esse fim): Fundos de *Equity* e Fundos de Crédito.

Com repasse para iniciativas de saúde, liberações do Fundo Rio Doce superam marca de R\$ 1 bi

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizou novas liberações para ações de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, que integrava o complexo da Samarco Mineração S/A localizado em Mariana (MG). São R\$ 562,6 milhões para o Programa Especial de Saúde do Rio Doce. O montante foi repassado ao Ministério da Saúde. A pasta deverá distribuir os recursos referentes às ações a serem realizadas por municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo atingidos no episódio.

Entre as iniciativas previstas, estão construções e reformas de unidades de saúde. Ações de ampliação e capacitação de equipes profissionais, projetos de saúde digital e de tele saúde e aquisição de insumos, medicamentos, ambulâncias e equipamentos são outras iniciativas que serão custeadas.

BNDES abre protocolo para receber pedidos de crédito de produtores rurais impactados por perdas de safra

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abre nesta quinta-feira (16), às 15h, o protocolo para receber os pedidos de crédito no âmbito do Programa BNDES para Liquidação de Dívidas Rurais. Com orçamento de R\$ 12 bilhões do governo federal, o objetivo do programa é auxiliar a retomada da capacidade econômica e apoiar a recuperação dos produtores agropecuários que registraram perdas significativas de safra.

As operações poderão ser realizadas por meio da rede de instituições financeiras parceiras credenciadas ao BNDES. Com orçamento de R\$ 12 bilhões, prazo de até 9 anos, incluindo até 1 ano de carência, o Programa tem como objetivo apoiar produtores rurais, associações, condomínios rurais e cooperativas agrícolas localizados em municípios que, entre 2020 e 2024, tiveram a declaração de estado de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidas pelo Governo Federal, em decorrência de eventos climáticos adversos.

3. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Desde 2024, o Sistema BNDES utiliza sua nova metodologia da Taxonomia de Sustentabilidade para classificar operações de apoio financeiro e monitorar assim três indicadores: (i) Economia Verde e Transição, (ii) Desenvolvimento Social e (iii) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ODS.

No quadro abaixo podem ser vistos os destaques do terceiro trimestre de 2025 nestes temas:

Desenvolvimento Sustentável BNDES
9M/2025

<div style="display: flex; align-items: center; margin-bottom: 10px;"> Pessoas </div> <ul style="list-style-type: none"> ● Programa "Pertencer", que tem como objetivo acolher, orientar e inspirar os novos empregados. ● Programa de Mentoria para Estagiários. ● 4ª Reunião do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão das Empresas Estatais. 	<div style="display: flex; align-items: center; margin-bottom: 10px;"> Relacionamento e parcerias </div> <ul style="list-style-type: none"> ● ProFlorestas+: Parceria Petrobras e BNDES que tem como objetivo alavancar a restauração ecológica por meio de financiamento de desenvolvedores em projetos de venda de créditos de carbono. ● BIP (Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica): Iniciativa MF, MMA, MDIC, MME e BNDES para alavancar investimentos na transição energética e climática em setores-chave. ● Restaura Amazônia: Lançamento de 6 editais para apoio à restauração ecológica, com potencial para beneficiar 945 assentamentos, e mais de 200 mil famílias em 210 municípios. ● Programa União com Municípios pela redução de desmatamento e incêndios florestais: parceria Fundo Amazônia e MMA para atuação na regularização ambiental, fundiária e assistência técnica aos municípios prioritários.
<div style="display: flex; align-items: center; margin-bottom: 10px;"> Governança e transparência </div> <ul style="list-style-type: none"> ● Revisão da Política de Indicação do Sistema BNDES em Colegiados. ● Consulta Pública sobre o mercado de certificação de créditos de carbono com o objetivo de coletar insumos e contribuições futuras do BNDES. ● Alterações nos Procedimentos de Avaliação do Risco Socioambiental e do Risco Climático. ● Atualização do regulamento de licitações e contratos. ● Criação de Regulamento para disciplinar a Governança de Produtos de Dados do Sistema BNDES. ● Criação da Área de Enfrentamento de Eventos Climáticos Extremos e Gestão do Fundo Rio Doce. 	<div style="display: flex; align-items: center; margin-bottom: 10px;"> Aprovações e Regulamentos </div> <ul style="list-style-type: none"> ● Aprovação da nova PRSAC do Sistema BNDES e de seu Plano de ação 2025-2027. ● Publicação do Relatório de execução do Plano PRSAC 2022-2024. ● Aprovação do Plano Plurianual da Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES 2025-2027. ● Aprovação do Regulamento de Priorização de Operações do Fundo Clima. ● Atualização do Regulamento socioambiental e climático para apoio ao setor de mineração.
<div style="display: flex; align-items: center; margin-bottom: 10px;"> Captações no mercado </div> <ul style="list-style-type: none"> ● Emissão de LCD no montante de R\$ 10,0 bilhões. ● Emissão de LCA no montante de R\$ 5,8 bilhões. ● Contratação de US\$ 848 milhões de recursos junto a organismos internacionais (BID, JBIC, ICO e JICA). ● Contratação de novas doações ao Fundo Amazônia: Suíça CHF 5 milhões e Irlanda EUR 5 milhões. ● Participação nos 2 primeiros leilões do Eco Invest, com captação de R\$ 4 bilhões. 	<div style="display: flex; align-items: center; margin-bottom: 10px;"> Temas Estratégicos </div> <ul style="list-style-type: none"> ● Norteadores: (1) Desenvolvimento social, trabalho decente e renda; (2) Transição ecológica, descarbonização e resposta a emergências climáticas; (3) Nova industrialização e diversificação produtiva; (4) Inovação e digitalização. ● Conservação e Restauração de Biomas: Sociobiodiversidade; Soluções baseadas na natureza. ● Infraestrutura Resiliente e Sustentável. ● Serviços Públicos Essenciais. ● Agropecuária Sustentável. ● Desenvolvimento Produtivo, Social e Regional. ● MPME, Cooperativas e Acesso a Crédito.

Desenvolvimento Sustentável BNDES

9M/2025



Soluções financeiras

- Alteração no Produto BNDES Máquinas e Serviços - Ente Público de forma a ampliar os itens elegíveis a serem adquiridos.
- Reformulação do Programa BNDES Finame FUST, incluindo aumento da dotação orçamentária.
- Criação do Produto BNDES Serviços de Assessoria Técnica Internacional para atuação do BNDES como prestador de serviços.
- Inclusão da Taxa LCD no rol de custos financeiros dos Regulamentos dos Produtos BNDES Automático, BNDES Finame, BNDES Máquinas e Serviços, BNDES Microcrédito e dos Programas BNDES Procacred e BNDES Caminho da Escola, expandindo o uso dos recursos originários da Letra de Crédito do Desenvolvimento ao setor industrial.
- Criação do Produto BNDES Serviços Coordenação em Ofertas Públicas de Renda Variável.
- Criação do Programa Eco Invest Brasil – Blended Finance por meio de uso de capital catalítico para mobilização de capital privado internacional.
- Reposicionamento do Produto BNDES Microcrédito com o intuito de deixá-lo mais competitivo para o setor de microcrédito.
- Alteração do Programa BNDES Pró-Transporte – REFROTA, com ampliação do rol de clientes elegíveis e inclusão de novos itens apoiáveis.
- Criação do Programa BNDES Cidades Resilientes, com o objetivo de fornecer prestação do serviço de estruturação de projetos e com possibilidade de financiamento aos municípios brasileiros.
- Revisão do Programa Fundo Clima em consonância com o PAAR de 2025, para inclusão de novos itens apoiáveis, alterações de algumas condições de financiamento e atualização da dotação orçamentária.
- Criação do Produto BNDES Modernização de Estatais visando prover apoio técnico a empresas públicas e sociedades de economia mista controladas, direta ou indiretamente, pelos Entes Federativos.
- Criação dos Programas BNDES Brasil Soberano Crédito Emergencial e BNDES Crédito Emergencial Complementar - Exportação com o objetivo de apoiar pessoas jurídicas de direito privado exportadoras, especialmente aquelas impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras.
- Chamada Pública “BNDES Biodiversidade: Ilhas do Futuro, Ninhos Protegidos” como objetivo de promover a melhoria da qualidade do habitat reprodutivo para conservação de espécies de aves marinhas ameaçadas, endêmicas e/ou migratórias, em ilhas marinhas.
- Alteração do Produto BNDES Crédito Digital, no sentido de ampliar o alcance e a atratividade do produto.
- Alteração do Fundo da Marinha Mercante das condições de financiamento.
- Renovação dos Programas Agropecuários do Governo Federal para o Ano Agrícola 2025/2026 no âmbito do Plano Safra.
- Criação do Programa BNDES Mini-Perm voltado a equacionar o funding de projetos de longo prazo de infraestrutura por meio da contratação concomitante de dois instrumentos: (i) financiamento de até 5 anos (modalidade Mini-Perm); (ii) garantia firme de longo prazo de subscrição de debêntures (modalidade Garantia Firme de Longo Prazo);
- Criação do Produto BNDES Fundo de Crédito com o objetivo de unificar e substituir três produtos (BNDES Fundo de Crédito Corporativo, BNDES Fundo de Crédito em Infraestrutura e BNDES Fundo de Crédito para Indústria e Serviços).
- Alteração do Produto BNDES Máquinas e Serviços para aumento dos Prazos Total, de Carência e de Utilização Máximos da Taxa LCD.
- Alteração do Programa BNDES Mais Inovação para aumentar o orçamento voltado para Difusão Tecnológica e, entre outras melhorias, reativar o Subprograma Aquisição de Bens Inovadores.
- Alteração do BNDES Programa de Garantia a Crédito para Eficiência Energética – FGEnergia para admitir o uso dos recursos do FGEnergia para custeio da totalidade do Encargo por Concessão de Garantia do Produto FGI Tradicional e do Programa Emergencial de Acesso a Crédito - FGI PEAC em operações de crédito voltadas ao desenvolvimento de projetos e ações de eficiência energética para MPMEs.
- Criação do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais para concessão de linha de Crédito Rural destinada à liquidação de parcelas vencidas ou vincendas de operações de crédito rural de custeio e de investimento e de Cédulas de Produto Rural (CPR) emitidas em favor de instituições financeiras, com recursos de fontes supervisionadas pelo Ministério da Fazenda.

Economia Verde e Desenvolvimento Social

No terceiro trimestre de 2025, foram aprovados R\$ 11,5 bilhões em operações que contribuem para o indicador de Desenvolvimento Social, o qual consolida o compromisso em promover melhores condições de vida para a população. No acumulado do ano, as aprovações do banco ao indicador de Desenvolvimento Social totalizaram R\$ 37,3 bilhões.

Tabela 1. Volume de aprovações nas categorias de desenvolvimento social - 3º trimestre de 2025 e acumulado no ano (R\$ milhões)

Categoria Desenvolvimento Social	Resultado do 3º trimestre	Acumulado em 2025
Desenvolvimento Urbano e Regional - Transporte	2.014	17.340
Inclusão Produtiva e Agricultura Familiar	5.425	11.897
Outros - Social	2.391	4.387
Saúde	680	1.431
Desenvolvimento Urbano e Regional - Saneamento	521	1.263
Desenvolvimento Urbano e Regional - Outros	212	421
Gestão Pública	238	328
Educação	26	134
Desenvolvimento Urbano e Regional - Energia	14	115
Total	11.521	37.316

No que tange ao apoio à Economia Verde e Transição, R\$ 10,1 bilhões foram destinados a aprovações de operações de financiamento para iniciativas de economia verde no terceiro trimestre de 2025, acumulando R\$ 24 bilhões no ano.

Tabela 2. Volume de aprovações nas categorias de economia verde e transição - 3º trimestre de 2025 e acumulado no ano (R\$ milhões)

Categoria Economia Verde	Resultado 3º trimestre	Acumulado em 2025
Energia	5.564	9.363
Agropecuária Sustentável e Pesca	1.857	5.008
Transporte Público de Passageiros	337	3.016
Inovação e P&D Verde	29	1.703
Manufatura de Baixo Carbono	400	1.153
Florestas e Outros Ecossistemas	827	1.106
Transporte de Carga e Outros Transportes	72	762
Gestão de Resíduos Sólidos	113	749
Outros - Economia Verde	318	415
Eficiência Energética	350	381
Gestão de Água e Esgoto	329	343
Total	10.196	24.000

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

No papel de banco de desenvolvimento, o BNDES possui atuação alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. No terceiro trimestre de 2025, R\$ 55,3 bilhões do valor aprovado de operações de financiamento estiveram associadas a pelo menos um ODS. No acumulado do ano, o apoio a pelo menos um ODS soma R\$ 139,2 bilhões.

Neste trimestre, destacaram-se os ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), compreendendo R\$ 50,5 bilhões e R\$ 22,2 bilhões em operações aprovadas no período, respectivamente, em função da contribuição relevante do Banco nessas temáticas.

A tabela a seguir destaca os ODS que as aprovações acumularam acima de R\$ 1,5 bilhão no terceiro trimestre deste ano[1]. Uma mesma operação poderá ser classificada em diferentes ODS simultaneamente, caso seja identificada contribuição para diversas metas, de acordo com nossa metodologia.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) APROVAÇÕES 9M/2025		
ODS		Acumulado no ano (em R\$ bilhões)
 8	TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	111,66
 9	INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	56,65
 13	AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	23,13
 10	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	18,56
 2	FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	13,37
 7	ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	12,79
 17	PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	12,36
 12	CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	8,88
 11	CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	5,19
 1	ERRADICAÇÃO DA POBREZA	2,96
 15	VIDA TERRESTRE	2,12
 3	SAÚDE E BEM-ESTAR	1,77

*Nota: Foram considerados os ODS com aprovações em 9M/2025 superiores a 1,5 bl. Para ter a informação completa acesse: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/hite/home/transparencia/estatisticas-desempenho/ods>.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Política Operacional

Ao longo do terceiro trimestre de 2025 foi aprovada uma série de ações de aprimoramento no portfólio de soluções financeiras do Banco, com destaque para:

- Fundo da Marinha Mercante: Alteração das condições de financiamento aplicáveis às operações com recursos do Fundo da Marinha Mercante.
- Plano Safra: Renovação dos Programas Agropecuários do Governo Federal para o Ano Agrícola 2025/2026.
- Programa BNDES Mini-Perm: Criação de Programa voltado a equacionar o *funding* de projetos de longo prazo de infraestrutura por meio da contratação concomitante de dois instrumentos: (i) financiamento de até 5 anos (modalidade Mini-Perm); (ii) garantia firme de longo prazo de subscrição de debêntures (modalidade Garantia Firme de Longo Prazo).
- Produto BNDES Fundo de Crédito: Criação de Produto, com o objetivo de unificar e substituir três produtos (BNDES Fundo de Crédito Corporativo, BNDES Fundo de Crédito em Infraestrutura e BNDES Fundo de Crédito para Indústria e Serviços), uniformizando condições operacionais semelhantes, sem prejuízo da manutenção das particularidades relativas aos objetivos específicos de cada fundo.
- Produto BNDES Máquinas e Serviços: Alteração do Produto para aumento dos Prazos Total, de Carência e de Utilização Máximos da Taxa LCD para 120 meses, 24 meses e 24 meses prorrogável por mais 12 meses, respectivamente.
- Programa BNDES Mais Inovação: Alteração do Programa para aumentar o orçamento voltado para Difusão Tecnológica e, entre outras melhorias, reativar o Subprograma Aquisição de Bens Inovadores.
- Programas BNDES Brasil Soberano Crédito Emergencial e BNDES Brasil Soberano Crédito Emergencial Automático: Criação dos Programas com recursos do FGE, com o objetivo de apoiar exportadores, especialmente aqueles impactados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras.
- Programa BNDES Crédito Emergencial Complementar – Exportação: Criação de Programa com *funding* BNDES, para atuação complementar aos Programas Brasil Soberano, voltado para capital de giro para diversificação de mercados e capital de giro emergencial às empresas afetadas.
- BNDES Crédito Digital: Alteração do Produto para ampliação do público-alvo, passando a incluir empresas de médio porte, além de outras melhorias.
- BNDES Programa de Garantia a Crédito para Eficiência Energética – FGEnergia: Alteração do Programa para admitir o uso dos recursos do FGEnergia para custeio

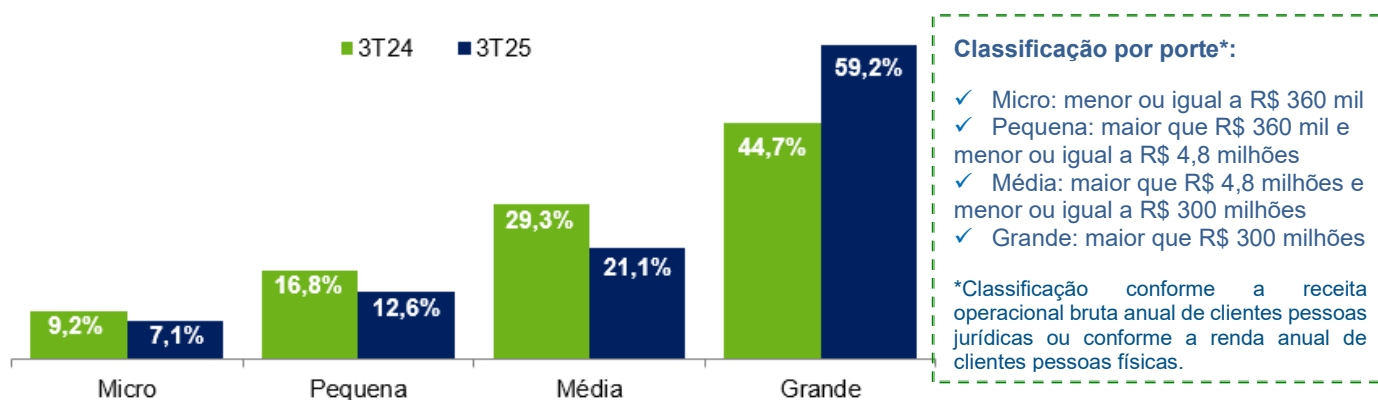
da totalidade do Encargo por Concessão de Garantia do Produto FGI Tradicional e do Programa Emergencial de Acesso a Crédito - FGI PEAC em operações de crédito voltadas ao desenvolvimento de projetos e ações de eficiência energética para MPMEs.

- Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais: Criação do Programa para concessão de linha de Crédito Rural destinada à liquidação de parcelas vencidas ou vincendas de operações de crédito rural de custeio e de investimento e de Cédulas de Produto Rural (CPR) emitidas em favor de instituições financeiras, com recursos de fontes supervisionadas pelo Ministério da Fazenda.

4.2. Perfil dos Desembolsos

Desembolsos por Porte

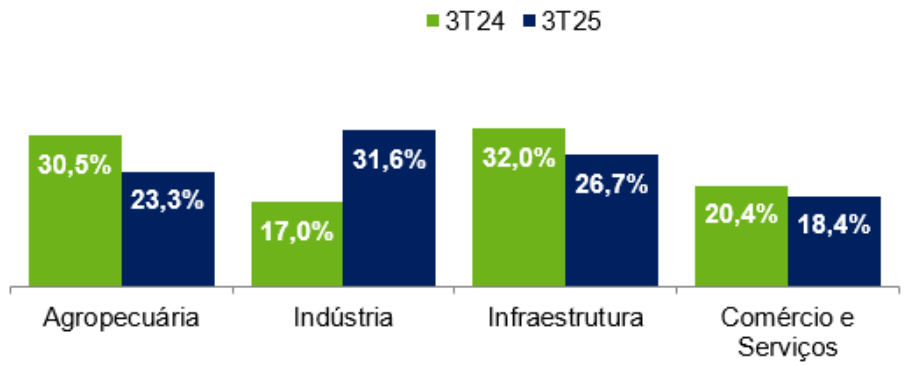
Apresentamos abaixo os desembolsos por porte, cuja classificação permite ao BNDES uma atuação adequada às características de cada segmento, através da oferta de linhas, programas e condições específicas. O apoio às micro, pequenas e médias empresas oferece condições especiais para facilitar o acesso destas empresas ao crédito.



Os desembolsos do Banco no 3T25 acumularam R\$ 47,3 bilhões, um aumento de 25,4% em relação ao mesmo período de 2024.

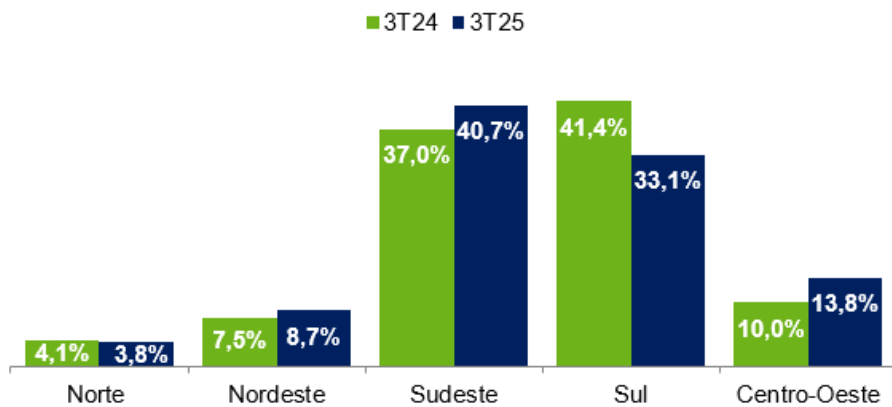
O número de operações alcançou 84.208 no trimestre, uma diminuição de 18,6% diante das 103.396 operações no 3T24. O número de operações cresceu 11,2% para grandes empresas, enquanto teve uma queda de 26,7%, 22,0% e 5,5% nas operações com micro, médias e pequenas empresas, respectivamente.

Desembolsos por Setor



No 3T25, destacam-se, no setor industrial, os desembolsos aos segmentos de material de transporte (30,0%) e química e petroquímica (15,4%) e no setor de infraestrutura, transportes (46,3%) e energia elétrica (39,6%).

Desembolsos por Região



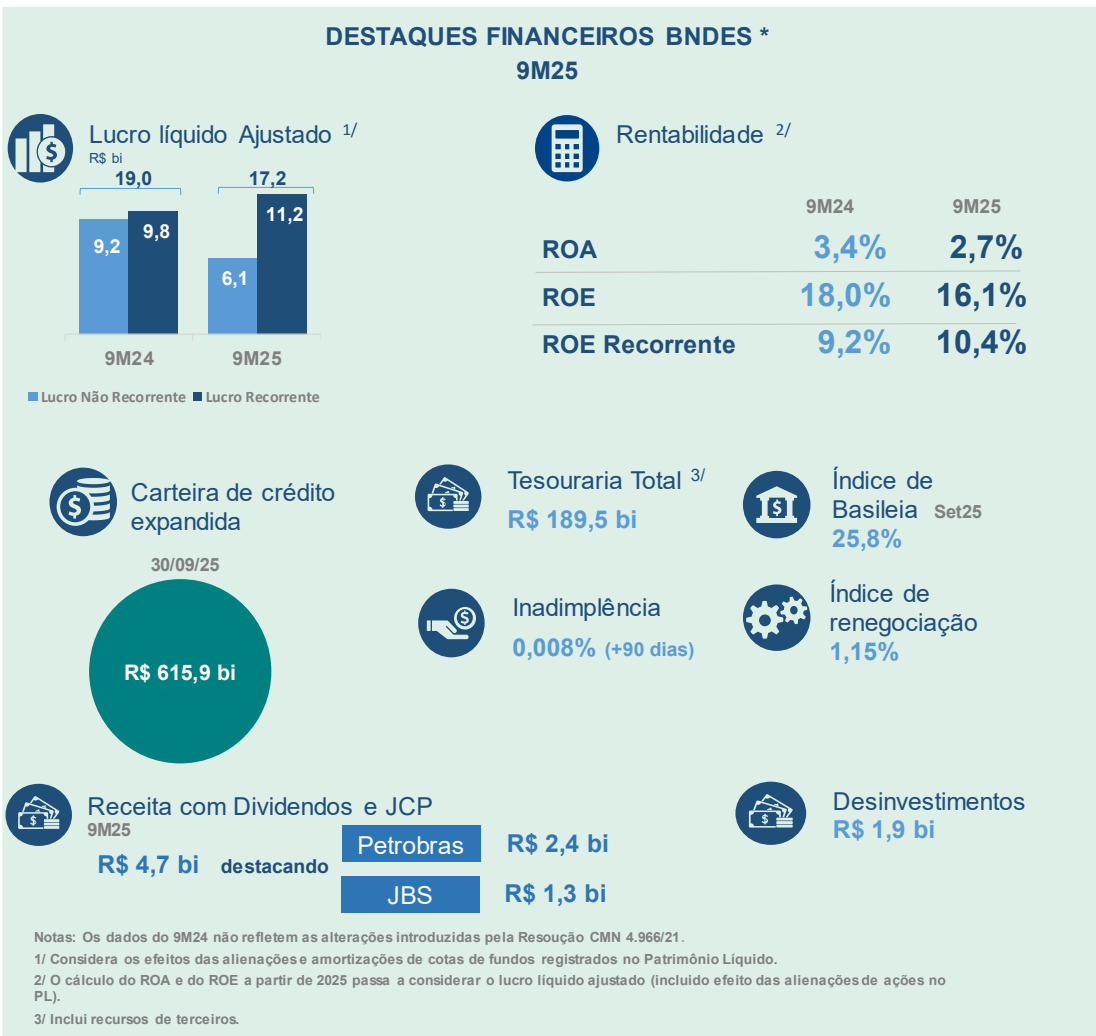
No 3T25, destaque, em suas respectivas regiões, para os Estados de São Paulo (72,4%), Mato Grosso do Sul (37,3%), Rio Grande do Sul (36,9%), Pará (34,2%) e Bahia (28,5%).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Sistema BNDES registrou lucro líquido ajustado de R\$ 3,899 bilhões no 3º trimestre de 2025, queda de 31% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado dos nove meses de 2025, o BNDES apresentou lucro líquido ajustado de R\$ 17,214 bilhões, queda de 9,3% em relação ao lucro do mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao menor resultado com dividendos de empresas investidas, provisão para risco de crédito e efeito de derivativos.

Em termos de resultado recorrente, nos primeiros nove meses de 2025, o lucro recorrente foi de R\$ 11,161 bilhões, um aumento em relação aos R\$ 9,772 bilhões do mesmo período de 2024, refletindo o crescimento da carteira de crédito e debentures, além de maior benefício tributário pelo pagamento de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio.

Apresentamos a seguir os principais destaques financeiros do período:



Os ativos totais alcançaram R\$ 905,808 bilhões em 30/09/25, um acréscimo de R\$ 17,836 bilhões (2,0%) no trimestre, explicado principalmente pelo recebimento de R\$ 12,0 bilhões repassados pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para a constituição do Plano Brasil Soberano, captação de Letras de Crédito do Desenvolvimento – LCD de R\$ 3,0 bilhões, e apropriação de juros sobre a carteira de crédito, efeitos atenuados pelo pagamento de dividendos complementares relativos ao exercício de 2024 de R\$ 6,8 bilhões.

Em relação às fontes de recursos, o FAT responde por 51,8% do passivo total em 30/09/25, com um montante de R\$ 468,979 bilhões, mantendo o patamar do fechamento do 1º semestre.

O aumento de R\$ 3,214 bilhões (1,9%) do patrimônio líquido no trimestre decorreu, principalmente, do lucro líquido ajustado de R\$ 3,899 bilhões e do ajuste positivo de avaliação patrimonial de R\$ 1,760 bilhão, líquido de tributos, atenuado pelos R\$ 2,507 bilhões destinados como dividendos complementares relativos ao exercício de 2024.

5.1. Principais Indicadores Econômico-Financeiros

	R\$ milhões, exceto percentuais					
	9M25	9M24	Δ (%)	3T25	3T24	Δ (%)
Resultado						
Produto da Intermediação Financeira	15.991	17.240	-7,2%	5.799	5.180	11,9%
Provisão para Risco de Crédito	2.197	3.112	-29,4%	(369)	1.388	-126,6%
Participações Societárias	5.293	7.501	-29,4%	1.199	2.526	-52,5%
Despesas Tributárias ¹	(4.963)	(4.956)	0,1%	(1.233)	(2.014)	-38,7%
Outras Despesas, líquidas	(2.252)	(3.913)	-42,5%	(1.498)	(1.432)	4,6%
Lucro Líquido	16.267	18.984	-14,3%	3.897	5.649	-31,0%
Resultado Líquido de Alienações	947	-	-	1	-	-
Lucro Líquido Ajustado	17.214	18.984	-9,3%	3.899	5.649	-31,0%

¹ Inclui tributos sobre o lucro.

(*) Os dados de 2024 não refletem as alterações introduzidas pela resolução CVM nº 4.966/21

	30/09/2025	31/12/2024	Δ (%)	30/06/2025	Δ 3T25 (%)
Posição Financeira					
Ativo Total	905.808	840.861	7,7%	887.972	2,0%
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	40.481	40.103	0,9%	60.206	-32,8%
Títulos e Valores Mobiliários ^{1/}	149.126	113.877	31,0%	133.013	12,1%
Carteira de Crédito Expandida	615.912	584.973	5,3%	597.486	3,1%
. Operações de Crédito e Repasses	571.820	546.948	4,5%	555.029	3,0%
. Debêntures	42.216	35.289	19,6%	39.853	5,9%
. Outros Recebíveis	1.876	2.736	-31,4%	2.603	-27,9%
Participações Societárias	83.555	82.049	1,8%	80.299	4,1%
. Não Coligadas	76.713	75.192	2,0%	73.693	4,1%
. Coligadas	2.140	2.204	-2,9%	2.161	-1,0%
. Cotas de Fundos de Investimentos	4.702	4.653	1,1%	4.445	5,8%
Ativos Fiscais	14.023	15.785	-11,2%	13.978	0,3%
Outros Ativos	2.712	4.074	-33,4%	2.991	-9,3%
Passivo Total	905.808	840.861	7,7%	887.972	2,0%
Recursos de Terceiros	737.279	682.420	8,0%	722.657	2,0%
Empréstimos e Repasses	573.366	536.536	6,9%	564.895	1,5%
. FAT	468.979	447.950	4,7%	466.616	0,5%
. Tesouro Nacional ^{2/}	38.305	40.369	-5,1%	38.778	-1,2%
. Outros Recursos Captados no País	37.278	33.791	10,3%	35.718	4,4%
. Recursos Captados no Exterior	28.804	14.426	99,7%	23.784	21,1%
Operações Compromissadas	33.753	34.454	-2,0%	33.202	1,7%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	95.925	71.443	34,3%	83.967	14,2%
Passivos Fiscais	20.318	22.307	-8,9%	21.889	-7,2%
Outros Passivos	13.918	17.680	-21,3%	18.705	-25,6%
Patrimônio Líquido (PL)	168.529	158.441	6,4%	165.315	1,9%
PL/AT	18,6%	18,8%		18,6%	

1 Exceto investimentos em sociedades não coligadas e em fundos de investimentos em participações, classificados em "Participações Societárias".

2 Inclui repasses e instrumentos elegíveis a capital principal.

(*) Os dados de 2024 não refletem as alterações introduzidas pela resolução CVM nº 4.966/21

	30/09/2025	30/06/2025	31/12/2024
Crédito (%)			
Índice de Inadimplência (30 dias) ⁴	0,1%	0,0%	0,1%
Índice de Inadimplência (90 dias) ⁴	0,0%	0,0%	0,0%
Provisão / Carteira de Crédito e Repasses	-1,5%	-1,5%	-2,0%
Índice de Renegociação ⁵	1,1%	4,3%	5,0%

⁴ Créditos inadimplentes/carteira total.

⁵ Provisão/Créditos inadimplentes.

	30/09/2025	30/06/2025	31/12/2024
Limites Prudenciais (%)			
Índice de Basileia	25,8%	25,5%	28,2%
Índice de Capital Principal	23,0%	22,7%	24,4%
Índice de Capital Nível 1	23,0%	22,7%	24,4%

	9M25	9M24	3T25	3T24
Rentabilidade (% a.a.)				
Retorno s/ Ativos (LL / ATmédio)	2,7%	3,4%	1,8%	3,0%
Retorno s/ PL (LL / PLmédio)	16,1%	18,0%	10,7%	15,6%
Retorno s/ PL (LL / PLmédio) Recorrente	10,4%	9,2%	10,5%	7,2%

O cálculo dos retornos considera como média dos ativos e do patrimônio líquido a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2, excluídos os ajustes a valor justo das participações em sociedades não coligadas, líquido de efeitos tributários.

5.2. Posição Financeira

Disponibilidades

A queda de R\$ 19,725 bilhões (32,8%) no trimestre decorreu, principalmente, do efeito líquido entre aquisições e resgates/vencimentos de títulos públicos federais no montante de R\$ 13,7 bilhões, de desembolsos superiores ao retorno de operações de crédito e repasses de R\$ 7,8 bilhões, do pagamento de dividendos de R\$ 6,8 bilhões relativos aos dividendos complementares do exercício de 2024 e pagamento de principal e juros ao FAT, líquido dos ingressos de recursos, de R\$ 5,4 bilhões, atenuados pelo ingresso de recursos do Plano Brasil Soberano de R\$ 12,0 bilhões, pela captação de Letras de Crédito do Desenvolvimento – LCD e de Letras de Crédito do Agronegócio – LCA de R\$ 3,0 bilhões e R\$ 2,5 bilhões, respectivamente.

Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Compreende, basicamente, títulos públicos federais e títulos de renda fixa no exterior, que representavam 94% e 4,6%, respectivamente, da carteira de R\$ 149,126 bilhões em 30/09/25.

A carteira de títulos públicos federais apresentou um crescimento de R\$ 18,048 bilhões (14,8%) no trimestre em função, principalmente, de efeito líquido entre aquisições, vendas e resgates/vencimentos de títulos. A carteira de títulos de renda fixa no exterior teve uma queda de R\$ 1,4 bilhão (17,2%) em virtude de resgate de R\$ 1,5 bilhão, além do impacto da flutuação do câmbio no período.

Carteira de Crédito Expandida

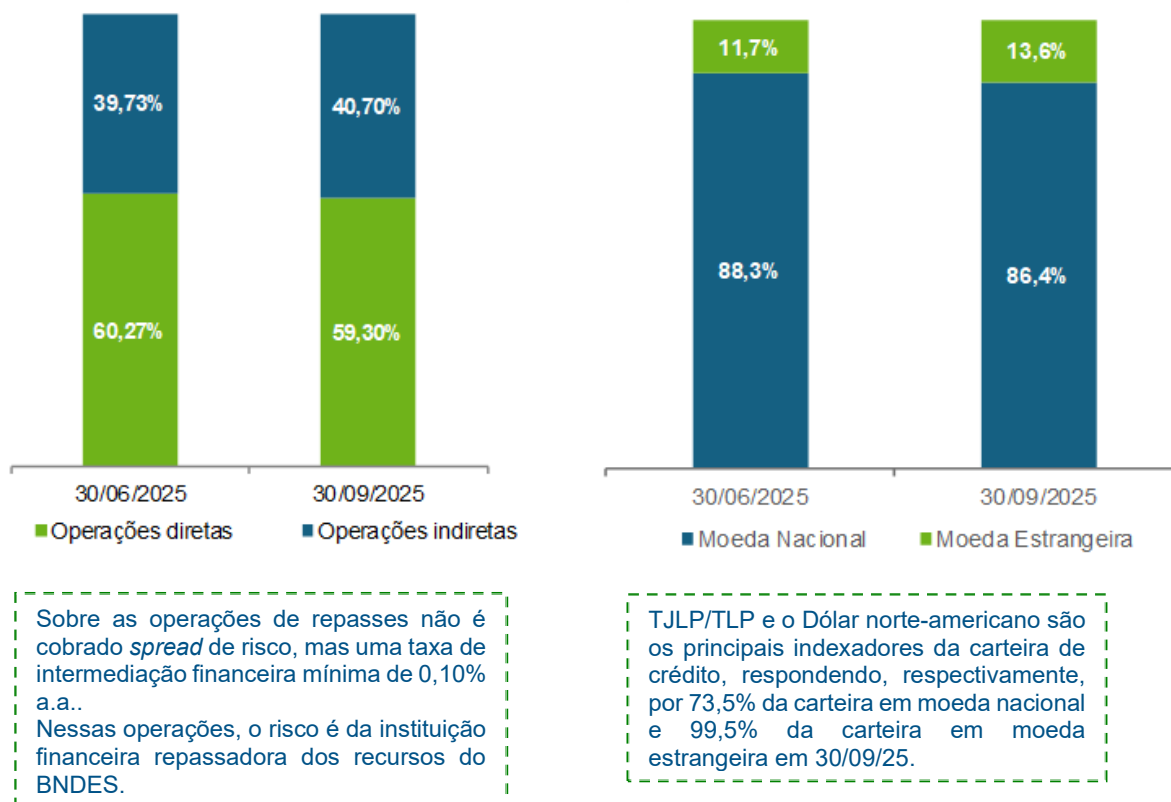
Composta, principalmente, por operações de crédito e repasses, além de debêntures que correspondiam a 92,8% e 6,9%, respectivamente, da carteira total de R\$ 615,912 bilhões em 30/09/25. O aumento da carteira no trimestre é decorrente dos desembolsos superiores ao retorno das operações de crédito e repasses em R\$ 7,8 bilhões, dado o aumento do volume de liberações de recursos no trimestre e da apropriação de juros e atualização monetária de R\$ 12,3 bilhões, atenuada pelas liquidações de principal em R\$ 24,8 bilhões.

Operações de Crédito e Repasses

Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, denominadas operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, denominadas operações de repasses.

A carteira bruta de operações de crédito e repasses totalizou R\$ 579,592 bilhões em 30/09/25, que líquida de provisão para risco de crédito, no montante de R\$ 8,932 bilhões, respondeu por 63,0% do ativo total na mesma data.

Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasses



Qualidade da Carteira de Crédito e Repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com o objetivo de aperfeiçoar sua gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A partir de 01/01/25, com a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.966/2021, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três estágios considerando os fatores de risco de crédito e eventuais problemas de recuperação de crédito.

A seguir, apresentamos a Carteira Expandida por estágios e respectivas provisões em 30 de setembro de 2025:

Em R\$ bilhões										
Componente	SET/25					JUN/25				
	Classificação ¹	Carteira	Provisão	Carteira Líquida		Classificação	Carteira	Provisão	Carteira Líquida	
Carteira de Crédito e Repasses	Estágio 1	483,7	(1,5)	482,2	84%	Estágio 1	468,6	(1,4)	467,2	84%
	Estágio 2	81,9	(3,2)	78,7	14%	Estágio 2	78,2	(2,8)	75,3	14%
	Estágio 3	14,0	(2,7)	11,2	2%	Estágio 3	14,8	(4,1)	10,8	2%
	Total	579,6	(7,4)	572,2	93%	Total	561,6	(8,3)	553,3	93%
Debêntures ao Custo Amortizado e Direitos Recebíveis	Estágio 1	40,3	(0,5)	39,8	94%	Estágio 1	38,1	(0,4)	37,7	95%
	Estágio 2	2,2	(0,1)	2,1	5%	Estágio 2	2,2	(0,1)	2,1	4%
	Estágio 3	4,6	(4,3)	0,3	1%	Estágio 3	4,7	(4,4)	0,3	1%
	Total	47,0	(4,8)	42,2	7%	Total	45,0	(4,9)	40,1	7%
Outros Ativos de Crédito ²	-	3,1	(1,5)	1,6	0%	-	4,0	-	4,0	1%
Total	-	629,6	(13,7)	615,9	100%	-	610,7	(13,2)	597,5	100%

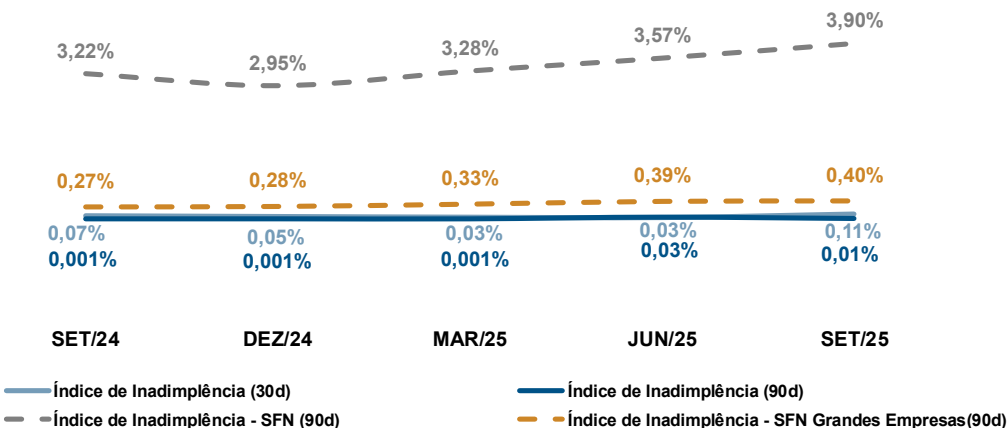
(i) Estágio 1: ativos sem problemas de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial

(ii) Estágio 2: ativos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio e os que deixarem de ter problema de recuperação de crédito; e

(iii) Estágio 3: ativos com problema de recuperação de crédito

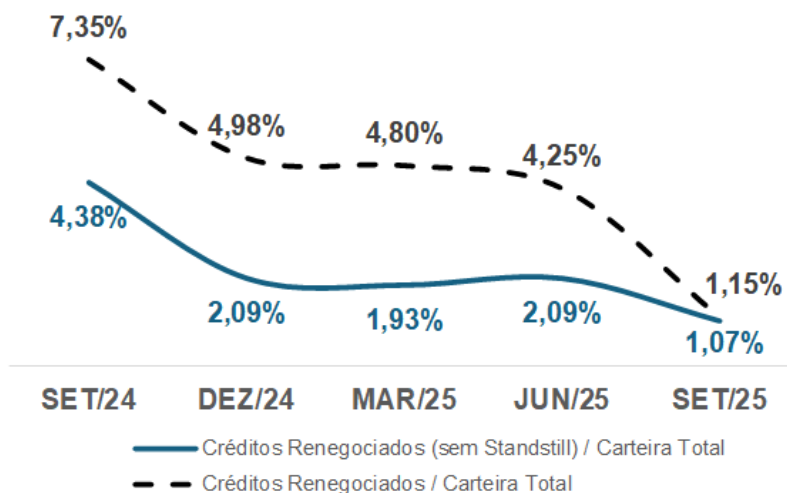
Em set/2025, 84% da Carteira de Crédito e Repasses Líquida e 94% da Carteira de Debêntures e Direitos Recebíveis Líquida era representada por instrumentos financeiros alocados no Estágio 1 (alocação de 2% da Carteira de Crédito e Repasses e 1% da Carteira de Debêntures e Direitos Recebíveis no Estágio 3).

Inadimplência e Renegociação (%)



Os créditos renegociados nos últimos 12 meses alcançaram R\$ 6,7 bilhões (R\$ 23,9 bilhões em jun/25, considerando o período de 12 meses), dos quais R\$ 0,4 bilhão referem-se às renegociações no âmbito do Programa Emergencial para o RS, atingindo 1,15% da carteira bruta de crédito e repasses, em set/25. O decréscimo no 3T25 decorre

de operações renegociadas no 3T24 que deixaram de compor o indicador, sendo R\$ 11,7 bilhões no âmbito do programa emergencial de apoio ao RS.



Debêntures

No primeiro trimestre de 2025, como resultado da adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021, houve reclassificação de debêntures com características de concessão de crédito, anteriormente classificadas como disponíveis para venda, para a categoria custo amortizado, refletindo em aumento do ativo em contrapartida em outros resultados abrangentes devido ao efeito de reversão do ajuste a valor de mercado de R\$ 2,5 bilhões.

Os ativos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento. Conforme a Resolução CMN n.º 4.966/2021, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo valor justo por meio do resultado, baseado nos modelos de negócio do BNDES para a gestão e na avaliação das características contratuais do fluxo de caixa desses instrumentos.

A carteira de debêntures, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 42,215 bilhões em 30/09/25.

Participações Societárias

A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas, não coligadas e cotas de fundo de investimento. Do total da carteira em 30/09/25, 91,8% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 2,6% em sociedades coligadas, e os 5,6% em fundos.

A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 83,555 bilhões em 30/09/25, um acréscimo de R\$ 3,256 bilhões (4,1%) no trimestre, tendo como principal razão o aumento do valor justo da carteira de sociedades não coligadas.

Ativos Fiscais

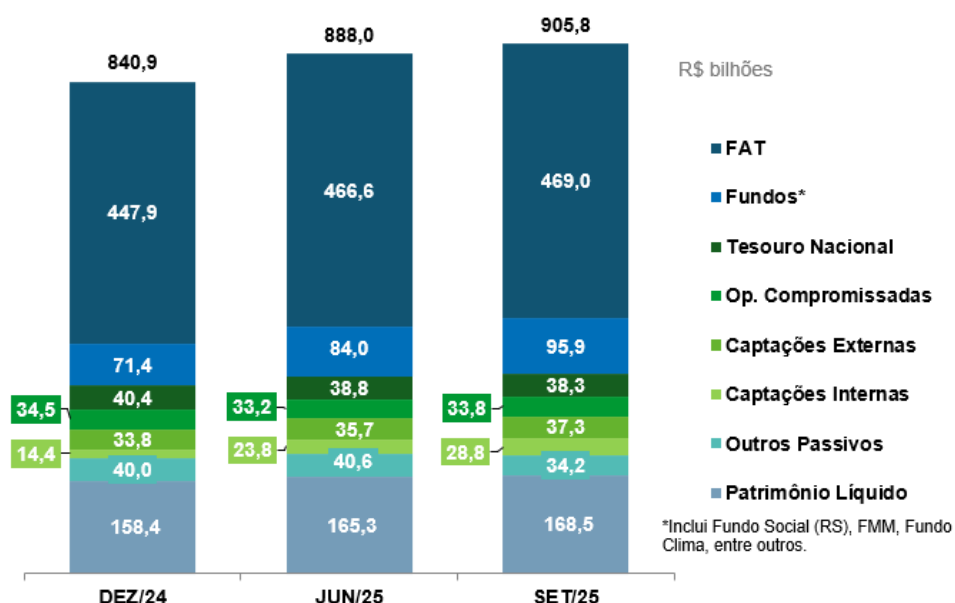
O saldo dos ativos fiscais é composto por créditos tributários diferidos e tributos a recuperar. O saldo deste trimestre se manteve estável com leve variação de 0,3% em relação ao período anterior.

Outros Ativos

Com um saldo de R\$ 2,712 bilhões em 30/09/25, composto principalmente por depósitos em garantia e dividendos e JCP a receber, apresentou queda de R\$ 0,3 bilhão, basicamente em razão de recebimento de dividendos e JCP.

Fontes de Recursos

O FAT representa parcela significativa da estrutura de *funding*¹ do BNDES, respondendo por 53,8% das fontes de recursos em 30 de setembro de 2025 (55,1% em 30 de junho de 2025), não considerando nesse cálculo os passivos não-onerosos, que representam 3,8% do passivo total do BNDES ao fim de setembro.



5.3. Resultado

Produto da Intermediação Financeira

É o resultado das aplicações nas carteiras de crédito e repasses, disponibilidades e títulos e valores mobiliários.

O produto da intermediação financeira alcançou R\$ 5,799 bilhões no trimestre, um aumento de R\$ 619 milhões (11,9%) decorrente, principalmente, do acréscimo na receita de juros devido ao crescimento da carteira de crédito expandida.

¹ Mais informações sobre as fontes de recursos do BNDES podem ser encontradas em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/fontes-de-recursos>.

Provisão para Risco de Crédito

Conforme mencionado, a provisão para perdas associadas ao risco de crédito passou a seguir os critérios previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021. Até dezembro de 2024, o tratamento contábil era estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (baseada em *ratings*).

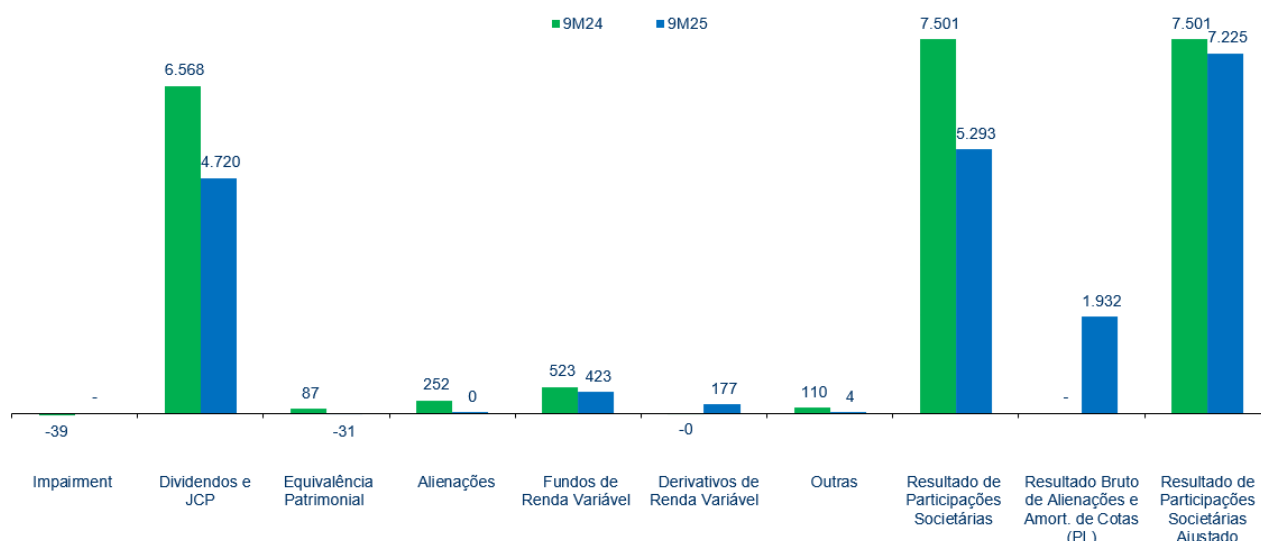
O normativo em vigor estabeleceu a necessidade de classificação dos instrumentos financeiros por estágios e a provisão para risco de crédito passou a se basear em (i) probabilidade de inadimplência (*Probability of Default* - PD), (ii) perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD); (iii) exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD); e (iv) avaliação individual de algumas operações.

O resultado com provisão para risco de crédito apresentou uma despesa de R\$ 369 milhões no terceiro trimestre de 2025 (receita com reversão de R\$ 1,388 bilhão no mesmo período de 2024, seguindo o critério da Resolução CMN nº 2.682/99), influenciado pela mudança nas variáveis, especialmente PD e LGD, de determinados créditos.

Resultado com Participações Societárias

O Resultado com Participações Societárias compreende: receita com dividendos e juros sobre capital próprio de investimentos em ações não coligadas, resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas em investimentos (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

O decréscimo de R\$ 1,299 bilhões (51,4%) do resultado ajustado com participações societárias em relação ao 3T24 ocorreu, principalmente, por conta da queda de valores referentes a dividendos e juros sobre capital próprio.



Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP)

O decréscimo de R\$ 1,146 bilhões (51,4%) da receita com dividendos e JCP entre os trimestres é explicado, basicamente, pela redução dos dividendos da Petrobras.

Alienação de investimentos

A partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção da Res. CMN n. 4.966/2021, o ganho/perda na alienação de instrumentos patrimoniais classificados na categoria VJORA passa a ser reconhecido em Lucros Acumulados.

No comparativo trimestral não houve resultado relevante com alienações de investimentos.

No 9M25 o resultado bruto com alienações de investimentos (R\$ 479 milhões) e o efeito da dupla listagem de JBS (R\$ 1,383 bilhão) foram reconhecidos na conta de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido e considerados como Lucro Líquido Ajustado para fins do presente relatório.

Fundos de renda variável

O resultado com fundos de renda variável reflete as valorizações ou desvalorizações das cotas dos fundos. O acréscimo de R\$ 31 milhões (44,6%) reflete a variação entre o terceiro trimestre de 2025 em relação ao terceiro trimestre de 2024.

Despesas Tributárias

Representam, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social, inclusive tributos sobre o resultado ajustado antes dos impostos.

Não houve variação relevante no comparativo trimestral.

Outras Despesas, líquidas

Compreende atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e cíveis, entre outras.

O resultado do 3T25 foi de R\$ 553 milhões (19,6%), menor que no mesmo período em 2024, destacando o aumento de despesas com atualização monetária sobre dividendos.

Resultado Líquido de Aliações

No 9M25 resultado líquido de R\$ 0,947 bilhão, com destaque para o efeito bruto da venda de ações e dupla listagem de JBS (R\$ 1,863 bilhão) reconhecidas no 2T25, atenuado pelos respectivos efeitos tributários de PIS/COFINS (R\$ 0,497 bilhão) e de IR/CSLL (R\$ 0,464 bilhão).

6.EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais

No âmbito do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais, a partir de out/25, serão disponibilizados até R\$ 12,0 bilhões a produtores rurais afetados por perdas de safra decorrentes de eventos climáticos adversos ocorridos entre 2020 e 2024, em municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública oficialmente reconhecidos.

Os recursos destinados ao programa serão repassados pela União Federal ao BNDES, conforme autorizado na Medida Provisória nº 1.314/2025. As condições financeiras e os demais critérios para contratação estão definidos na Resolução CMN n.º 5.247/2025.

Remuneração complementar à União

Em 31 de outubro de 2025, o BNDES pagou à União, sob forma de juros sobre capital próprio complementar referente ao exercício de 2024, o valor de R\$ 2,801 bilhões. O valor pago inclui atualização monetária pela taxa Selic do exercício a que se refere ao resultado distribuído até o seu pagamento, no montante de R\$ 294 milhões.

Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 6 de novembro de 2025, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 0,94320755 por ação ordinária e preferencial como antecipação da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2025.

O valor a ser pago será da seguinte forma: i) primeira parcela, no valor de R\$ 0,47160378, em 20 de fevereiro de 2026; e ii) a segunda parcela, no valor de R\$ 0,47160377, em 20 de março de 2026.

Considerando as quantidades de ações detidas pelo BNDES e sua subsidiária integral BNDESPAR em 30/09/2025, o valor total estimado de dividendos a receber perfaz R\$ 976 milhões, sendo R\$ 127 milhões sobre as ações de propriedade do BNDES e R\$ 849 milhões sobre as ações detidas pela BNDESPAR.

7.RATING

No terceiro trimestre de 2025, o BNDES se manteve com o mesmo rating do fechamento do semestre anterior, como pode ser visto na figura abaixo:

Agência de Rating	Rating escala global	
	Moeda Estrangeira – Longo Prazo	Moeda Nacional – Longo Prazo
Moody's	Ba1 (Estável)	Ba1 (Estável)
S&P	BB (Estável)	BB (Estável)

Destaques Moody's

- ✓ Forte valor de marca como principal fonte de financiamento de longo prazo e investimento de capital para empresas brasileiras e para projetos de infraestrutura do governo;
- ✓ Acesso a *funding* estável e razoavelmente barato; e,
- ✓ Qualidade de ativos superior ao mercado.

Destaques S&P's

- ✓ *Funding* de longo prazo com suporte governamental confere ao banco uma vantagem competitiva; e,
- ✓ A posição de destaque do BNDES na economia e na execução de políticas públicas implica em igualarmos os ratings e risco de *default* com aqueles no soberano.

8. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.